



## **Segunda reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento de Biguaçu (CONDEM) para discussão da Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP)**

**BIGUAÇU, 10 DE MAIO DE 2023**

### **1. ABERTURA**

A segunda reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento de Biguaçu para discussão da Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) foi realizada no dia 10 de maio de 2023 (quarta-feira), convocada para as 19h00 e sendo iniciada às 19h10, no Salão da Igreja Matriz de Biguaçu.

A reunião foi aberta pelo arquiteto Gustavo Pires de Andrade, da equipe técnica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que saudou todos os conselheiros titulares e suplentes presentes, e explicou que a pauta para reunião será a apresentação da primeira parte da Leitura da Cidade de Biguaçu e em seguida passou a palavra para a arquiteta Bianca Coelho, também da equipe técnica da UFSC.

A arquiteta Bianca iniciou a sua apresentação fazendo uso de uma série de imagens, lembrando questões do cronograma da revisão do PDP e também a “metodologia” e “regras do jogo” de todo o processo, sendo que o momento atual se insere na Etapa 2, também chamada “Leitura da Cidade” de um total de cinco etapas que compõem o cronograma do Plano Diretor. Foi explicado que a Leitura da Cidade inclui a Leitura Técnica e a Leitura Comunitária, interessada em conhecer a realidade municipal, os desafios e oportunidades, além de construir um acordo sobre qual seria a visão para o futuro de Biguaçu. A Leitura Técnica traz as informações que irão fundamentar as discussões e decisões ao longo do processo, enquanto a Leitura Comunitária orientará os valores e prioridades da população do município. Foi explicado que o sentido de discutir o plano diretor trata de construir uma visão de futuro para Biguaçu e que depende do comprometimento de cada um.

Foi apresentada uma contextualização dos PDPs municipais em relação à previsão constitucional do papel dos planos diretores definida no artigo 182 da Constituição Federal de 1988. Foi explicado que o artigo da Constituição define alguns casos de obrigatoriedade do Plano Diretor e também a necessidade da propriedade urbana cumprir uma função social. Também foi contextualizado o PDP de acordo com a previsão do Estatuto da Cidade, de 2001, que prevê o atendimento de questões como



função social, qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas. Foi mencionado que além da Constituição Federal e Estatuto da Cidade, também seria importante observar a Agenda Urbana da ONU, que trata de objetivos de desenvolvimento sustentável que deveriam tornar as cidades mais resilientes.

Em seguida, a arquiteta Bianca começou a apresentar dados resultantes dos estudos técnicos da UFSC para Biguaçu, com o objetivo de responder à questão: Como está Biguaçu? Foi explicada a inserção de Biguaçu no contexto da área metropolitana de Florianópolis, uma região média, assim como Biguaçu que foi caracterizada como uma cidade de porte médio. Foram mencionados aspectos da origem histórica do povoamento de Biguaçu, característica de uma ocupação litorânea ainda no período colonial. Foi apresentada uma estimativa do CENSO para 2022 em que Biguaçu teria 78.623 habitantes, sendo que nos últimos dez anos Biguaçu cresceu mais do que a média brasileira, fenômeno explicado por fluxos migratórios. Foi apresentado um comparativo da população e crescimento com outros municípios da área metropolitana de Florianópolis, sendo que Biguaçu teve o menor crescimento entre os quatro maiores municípios da área metropolitana (inclui ainda Florianópolis, São José e Palhoça). Em contraste, foi apresentado um crescimento de 21% da mancha urbanizada, o maior crescimento de mancha se comparado com os outros três maiores municípios da área metropolitana, expressando que o aumento da mancha urbana se caracteriza por um crescimento de urbanização em baixa densidade. Foram apresentadas também projeções de população para o futuro de Biguaçu, sendo que haveria um crescimento da população nos próximos anos e em seguida a população se estabilizaria e passaria a reduzir. Esta revisão do PDP seria o último plano de Biguaçu ainda realizado em um contexto de crescimento populacional sendo que a próxima revisão, daqui a dez anos, já ocorreria em um contexto de decréscimo da população. Foram mostrados dados do PIB, em que Biguaçu tem o quarto maior da área metropolitana, assim como a quarta população. Já quanto ao PIB/per capita, Biguaçu apresenta pouco mais de 34 mil reais por habitante, sendo que Antônio Carlos apresenta o maior valor de PIB/per capita da área metropolitana, embora tenha uma população pequena. Foi apresentada uma leitura dos diferentes setores da economia, a partir de dados do IBGE - Cadastro Central de Empresas e sua evolução nos últimos dez anos, destacando os setores de maior aumento, como comunicação, entre outros. O mapeamento de setores econômicos buscou localizar atividades como exploração mineradora e de indústria e logística. O comércio e serviços correspondem à maior parte da atividade econômica do município

O Sr. Elson João da Silva, representante titular da Área 1, comentou que a atividade mineradora tende a reduzir ao longo do tempo, pois parte dela corresponde à construção do anel viário e que essa predominância na economia deve se reduzir quando acabarem as obras.



A arquiteta Bianca respondeu que a atividade de Comércio e Serviços lidera a economia, mas que a mineração é relevante na ocupação de mão de obra e que de acordo com os dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), aparecem muitas áreas de exploração mineral em Biguaçu. A arquiteta continuou a apresentação mostrando a relação entre habitantes e emprego, que é pouco favorável em Biguaçu (4,65) que tem uma população ocupada de 25,8% e uma média salarial de 2,4 salários mínimos. Foi mostrada a renda média por setor da economia, em que os empregos do setor de extração mineral lideram com salário médio (3.477 reais, sendo que o mais baixo é o setor agropecuário (2.343 reais).

O Sr. Elson perguntou a origem dos dados de remuneração média por setor. A arquiteta Bianca respondeu que são dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, baseado em salários de empregados com CLT.

Foi apresentado um slide em que aparecem dados do Plano de Desenvolvimento Local (DEL) que está sendo desenvolvido neste momento em Biguaçu.

O Sr. Elson comentou que o Plano Diretor de 2012 mostrava uma comparação entre a população rural e urbana e perguntou se seria apresentado um comparativo com as mesmas características. A arquiteta Bianca respondeu que a apresentação de hoje prevê abordar temas de economia e paisagem e que na semana que vem serão tratados temas sobre expansão urbana e modelos de ocupação. Explicou em todo caso que os dados do CENSO ainda não foram liberados e que por isso não é possível mostrar dados que diferencie a população urbana e rural. Explicou que estes dados devem ser lançados pelo IBGE em junho, quando pode ser feito complemento da Leitura Técnica incluindo estes dados.

Abordando o tema de Patrimônio e Paisagem, a arquiteta Bianca traçou uma linha do tempo mostrando o histórico de ocupação em Biguaçu, desde o século XVIII no núcleo de São Miguel, comentando que Biguaçu por um curto período foi inclusive capital de Santa Catarina e que alguns vestígios deste passado ainda são visíveis. Destacou o patrimônio arqueológico, com oficinas líticas em São Miguel e enumerou bens protegidos em nível federal pelo IPHAN. Foi mostrado um mapa com a localização de quatro áreas reconhecidas como terra indígena (7.763 km<sup>2</sup>), a maioria de etnia guarani, que correspondem a 2% da população, sendo a mais populosa delas a Mbiguaçu em São Miguel. Foram enumerados ainda bens protegidos ou de interesse histórico e cultural, com edificações históricas, seja igrejas, mercado público, o Casarão Born, engenhos de farinha, entre outros. A arquiteta Bianca comentou que a questão do patrimônio se relaciona com a identidade de Biguaçu e seria importante que os conselheiros eventualmente pudessem sugerir a inclusão de outros bens. Foi explicado que o núcleo de São Miguel foi bastante afetado pelo alargamento da BR101, perdendo boa parte de sua ambiência histórica. Foi comentado o relevante patrimônio imaterial de Biguaçu, com práticas culturais e religiosas, como a pesca, o bordado, crivo e



cestaría, além de lugares sagrados da cultura afro-brasileira e festas de Yemanjá. Sobre a questão do patrimônio paisagístico e atual, foram destacados em Biguaçu elementos como serras, morros, cachoeiras, rios e a sua vegetação, tanto na área rural quanto urbana. Foi apresentado um mapa de unidades morfológicas (BDIA, 2021), a hipsometria, com as maiores alturas dos morros nos limites oeste do município. Os mapas da bacia hidrográfica e de hidrografia apresentam um quadro da situação hídrica de Biguaçu, complementada com imagens como a foz do Rio Biguaçu, com sua paisagem pouco aproveitada e de difícil acesso. Foram destacadas cachoeiras como a de São Miguel e do Amâncio, de grande valor cênico, enquanto há cursos d'água bastante prejudicados enquanto paisagem, como no Rio Caveiras e Saveiro. Foi apresentado um comparativo da vegetação do MAPBIOMAS, entre 1985 e 2020 em que aparece a redução da vegetação e aumento da urbanização. Foi mostrado um "índice de vegetação", que mostra a proporção entre vegetação e área urbanizada, em que Biguaçu tem 79% de sua área ainda verde (a maior no comparativo com os quatro maiores municípios da área metropolitana). Foi feito um comparativo para cada uma das 6 áreas de participação das oficinas comunitárias, sendo que a Área 3 foi a de maior índice (corresponde a áreas rurais como Sorocaba). Foi mostrado um mapa de declividade e altitude, outro com a aplicação de parâmetros do código florestal. Foi mostrado um mapa do Plano Municipal da Mata Atlântica e outro com as unidades de conservação, em que aparece uma proposta de criação de unidade de conservação na Cachoeira do Amâncio, além de uma reserva privada próximo da divisa com Antonio Carlos e outra com Governador Celso Ramos.

O Sr. Alfredo Silva Junior, representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu (APREMABI), comentou que a Serra de São Miguel se conecta com Cachoeira do Amâncio, mas que em um determinado ponto da alça de contorno haverá uma quebra desta conexão. Defendeu que ali fosse criado um corredor ecológico para que fosse garantido o movimento da fauna entre as duas áreas. A arquiteta Bianca respondeu que buscará no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da alça de contorno se está previsto um corredor ecológico neste ponto e concordou com a importância de se prever um corredor ali como sugerido pelo Sr. Alfredo.

Abordando o diagnóstico dos diferentes sistemas urbanos, a arquiteta Bianca passou a apresentar dados sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, telecomunicações, resíduos sólidos e o gasoduto. Foi informado que atualmente não há uma rede de esgoto em funcionamento no município, sendo que há um plano de saneamento em que há previsão de rede para algumas áreas sendo que para outras áreas, como São Miguel, não há nem mesmo previsão de rede. A arquiteta

O Sr. Alfredo disse que estava prevista a infraestrutura de esgoto para um futuro próximo, mas que por intervenção de um governo estadual anterior, deixaram de ser



investidos recursos de 20 milhões, que foram devolvidos para um banco internacional, e que a previsão atual é apenas para 2041.

O Sr. Elson perguntou se seria melhor o tratamento do esgoto por bacias ou uma grande estação de tratamento. A arquiteta Bianca respondeu que a CASAN costuma preferir estações localizadas.

O Sr. Alfredo disse que quanto ao abastecimento de água, Biguaçu possui água, mas pela CASAN o município depende de Palhoça, o que pode ser um entrave para o desenvolvimento de Biguaçu, se continuar dependendo da CASAN.

O Sr. John Kennedy Lara da Costa, representante do Rotary Clube de Biguaçu, ratificou as palavras do Sr. Alfredo e criticou que Biguaçu recebe o lixo de Florianópolis e que Biguaçu deve reivindicar o interesse do município. Também na questão da água, Biguaçu é prejudicada quando há problemas e que Florianópolis acaba sendo favorecida.

A arquiteta Bianca respondeu que os problemas realmente são metropolitanos e que, mesmo havendo uma governança metropolitana, onde deveriam ser discutidas estas questões.

O Sr. John Kennedy disse que o Plano Diretor deve aproveitar o Plano Diretor para proibir que aqui seja construído um presídio, pois Florianópolis pode querer transferir o presídio de lá.

O Sr. João Francisco de Alcântara Silva, da associação dos moradores do centro, disse que no terreno da UNIVALI deve ser proibida a construção de um presídio.

O Sr. Elson comentou que uma linha da Eletrosul afetou muitas propriedades rurais, para abastecer Rationes, e que poderia ter sido feito de maneira subterrânea. O Sr. Elson perguntou se seria possível definir no Plano Diretor servidões públicas administrativas para que quando as empresas de energia elétrica precisem passar sua infraestrutura as utilizem, sem prejudicar propriedades pelo caminho.

O Secretário Éderson Kremer respondeu que o Plano Diretor poderia definir áreas para este tipo de infraestruturas. Comentou que houve uma omissão do poder público e da sociedade civil porque houve audiências públicas para o caso da ligação para Rationes, mas que não houve posição contrária.

O Sr. Kleber Jacob Cachoeira, representante titular da Área 06, perguntou se havia uma limitação de espaço para Eletrosul?

O Sr. John Kennedy considerou que a omissão foi do poder público. Criticou que o prefeito de Florianópolis Topázio tenha divulgado um tour pelas fortalezas que não inclui São Miguel, que faz parte daquele contexto.



O Sr. Alfredo disse que não tem informação da capacidade de energia para Biguaçu. Comentou que foi feito um loteamento de 150 lotes, com viabilidade, mas que quando chegou o momento de fazer a ligação a Celesc informou que seria necessário que o empreendedor fizesse um investimento de 3 milhões de reais, o que poderia inviabilizar o investimento do loteador. A arquiteta Bianca corroborou o problema da falta de informações da CELESC, que não respondeu aos pedidos da equipe técnica sobre capacidade atual, possibilidade de expansão e investimentos previstos.

O Sr. John Kennedy comentou que a associação dos moradores da Praia João Rosa embargou obras alegando prejuízo do campo eletromagnético criado pela linha de alta tensão.

O Sr. Bruno Pauli, representante suplente da Área 6, disse que o Plano Diretor precisa dar atenção à região próxima ao aterro sanitário, uma região descuidada, com a “fábrica de osso” que possui mal cheiro, a rede elétrica é defasada, com um nome ruim, que é inferninho, e que considera uma região degradada, mas que por outro lado é uma região que será beneficiada com a chegada da alça de contorno e que será uma porta de entrada de Biguaçu. Complementou seu comentário dizendo que o mal cheiro é pior por causa da fábrica de osso do que do lixão.

A arquiteta Bianca informou que, segundo informações recebidas pela FAMABI, a expectativa era de permanência do aterro sanitário na sua atual localização, com possível expansão.

O secretário Éderson disse que a expansão do aterro sanitário seria um pouco diferente do apresentado e que enviaria à equipe técnica da UFSC as informações disponíveis na Prefeitura sobre a situação.

A arquiteta Bianca comentou que o aterro sanitário é um equipamento metropolitano e que deve ser tratado de maneira adequada. Foram mostrados também que os contentores disponíveis do município facilitam a coleta de resíduos.

O Sr. Kleber criticou a poluição visual do contentor e de que é incômodo para os moradores das proximidades.

Foi explicado pela arquiteta Bianca que a foi feita no ano passado houve a regulamentação das estações transmissoras para viabilizar a tecnologia 5G no município e que a internet está disponível inclusive na área rural de Biguaçu. Foi mostrada ainda a questão do gasoduto.

Um tema bastante abordado nas oficinas comunitárias, foi mostrada uma avaliação da situação dos equipamentos comunitários: educação, saúde, assistência, segurança, esporte, cultura, convívio social, abastecimento, administração pública e funerário.



O mapeamento dos equipamentos comunitários mostra uma grande concentração de todos os tipos na área central, embora a distribuição dos tipos de equipamentos varia nas demais áreas. Foram mostrados mapas com a área de abrangência de cada equipamento, considerando o tipo de equipamento e o porte.

Foi apresentado um mapeamento de espaços livres de lazer, com seus tipos, subtipos e definições, desde o cadastro da prefeitura até os loteamentos aprovados. Foram identificados espaços públicos como praças, parques urbanos, áreas esportivas públicas abertas, áreas esportivas com acesso restrito, praias, espaços livres e de contemplação da orla, estruturas de apoio náutico, trilhas, caminhos, cachoeiras.

O Sr. Elson comentou que o município tem áreas que deveriam ser consideradas como parque urbano, como uma grande área na Praia do Rosa e outra na Chácara Fabiana, com vegetação relevante, onde já está havendo invasões, e que poderia ser decretada como de interesse público e futuramente transformada em parque urbano. Sugeriu como preferível fazer parques maiores do que pequenas praças. A arquiteta Bianca respondeu que o Plano Diretor pode sugerir áreas, embora não crie parques.

O Sr. John Kennedy comentou que ainda hoje são aprovados loteamentos com características antigas, de 60 anos atrás. Sugeriu que as novas ruas deveriam ser mais largas, com mais espaço público e lotes menores. Citou o exemplo de um condomínio de apartamentos na Encruzilhada que possui um loteamento novo ao lado em que faltam espaços de convívio. Defendeu que não sejam promovidos os condomínios fechados e que as ruas e espaços de convívio sejam mais generosos. A arquiteta concordou com a necessidade de melhorar os parâmetros para novos loteamentos, mas que persiste a dificuldade de melhorar a situação dos loteamentos existentes.

O Sr. Alfredo comentou que a compensação social pedida em alguns empreendimentos são simples, construindo uma pequena creche às vezes para um empreendimento para 1500 pessoas, mas que deveria ser pedida uma compensação ambiental e de melhoria dos espaços públicos.

O Sr. John Kennedy comentou que estão sendo construídos condomínios do Minha Casa Minha Vida, mas considerou que não atendem a demanda interna de habitação do município, pois não há dados sobre a demanda de habitação do município. Considerou que a construção destes condomínios atraindo moradores de outros municípios pode prejudicar a atenção pelos equipamentos comunitários e infraestrutura existentes.

O Sr. Alfredo considerou que o Plano Diretor deve criar meios para os empresários investirem em Biguaçu, para que o município cresça mais do que os municípios vizinhos. Se em Biguaçu o empresário não puder construir em todo o lote e em Palhoça puder, não conseguiremos atrair investimentos para Biguaçu.



O Secretário Éderson defendeu que o poder público deve ser um facilitador, interferindo menos na vida dos empresários, e que a prefeitura está revisando regulamentações, como o Código de Obras, neste sentido.

O Sr. Israel Fernandes de Aquino, representante suplente da Área 5, morador do bairro Fundos, ponderou que quanto à questão da moradia ainda existe demanda habitacional e que seria um erro não ampliar a oferta de imóveis e que se deveria por outro lado combater a especulação imobiliária. Comentou que mora em um condomínio financiado por um programa habitacional, mas que ele e os moradores sentem falta dos equipamentos públicos, que faltam parques, ginásios, etc. Comentou que o ginásio que deveria estar no Janaína, uma área super densa, mas que foi colocado no Deltavile por uma questão política. Voltando a um tema anterior, sugeriu que o Morro da Boa Vista, a gruta do Schmitt deveria ser considerado um bem de proteção.

O Sr. Pauli defendeu que as grandes cidades têm imóveis cada vez menores e melhor localizados.

Neste momento da reunião a arquiteta Bianca informou que ainda estavam previstos mais 15 slides, mas que já chegávamos às 21 horas e perguntou o que os conselheiros preferiram. Foi colocada em votação: 8 conselheiros sugeriram encerrar a reunião; 6 conselheiros sugeriram continuar a reunião. Respeitando a votação, a reunião foi encerrada.

Às 21h11 foi encerrada a reunião.

### Lista de Presença

Entidade	REP.	2023/2024	REUNIÃO 02
		Nome Representante	10/05/23
Prefeito	Titular	Salmir da Silva	ausente
Vice Prefeito	Suplente	Alexandre Souza	ausente
Secretaria Municipal de Planejamento	Titular	Amanda Morlos	presente
Secretaria Municipal de Planejamento	Suplente	Aline Grosbelli Bracht	ausente
Procuradoria Geral do Município	Titular	Marcos Vinícios Gonçalves	ausente
Procuradoria Geral do Município	Suplente	Samantha Regina de Andrade	ausente
Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI	Titular	Sandro Marcos Coutinho	ausente



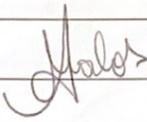
Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI	Suplente	João Paulo Borba	ausente
Secretaria Municipal da Receita (de administração)	Titular	Éderson Kremer de Souza	presente
Secretaria Municipal da Receita (de administração)	Suplente	José Roberto Rodrigues	ausente
SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas	Titular	André Augusto Leal	ausente
SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas	Suplente	Paulo Rogério Venâncio dos Santos	ausente
Câmara de Vereadores de Biguaçu	Titular	Daniel César da Luz	ausente
Câmara de Vereadores de Biguaçu	Suplente	Isabella Nunes Muller	ausente
Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG	Titular	Robson Rodrigo de Carvalho	presente
Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG	Suplente	Sandra Molinaro	ausente
Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC	Titular	Odemir Prazeres	ausente
Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC	Suplente	Izamir Luiz Junkes	ausente
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC	Titular	Glaucio Staskoviak junior	ausente
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC	Suplente	Cláudio Jacó Bunn Júnior	ausente
Rotary Clube de Biguaçu	Titular	John Kennedy Lara da Costa	presente
Rotary Clube de Biguaçu	Suplente	Ivonete Catarina Vieira	ausente
Associações de Bairros ou Associação de Moradores	Titular	João Francisco de Alcantara Silva	presente
Associações de Bairros ou Associação de Moradores	Suplente	Luiz Carlos Damasco Junior	ausente
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU	Titular	Jéssica Cunha do Amaral	presente
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU	Suplente	Danilo Alves Milhome	ausente
SM de Assistência Social e	Titular	Wiler Aderço de Faria	ausente

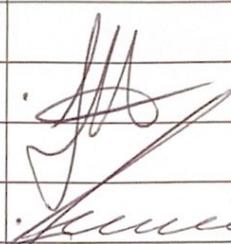
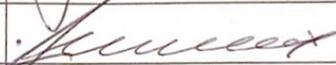
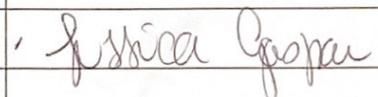
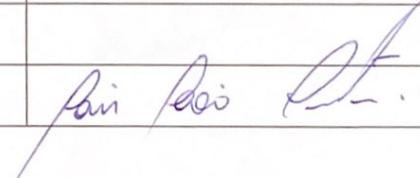


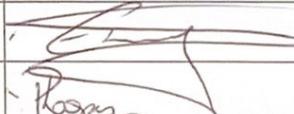
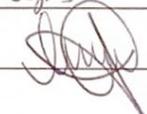
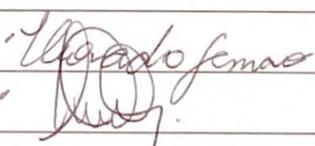
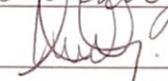
Habitação			
SM de Assistência Social e Habitação	Suplente	Tiele Priscila Nunes Granfemberg	ausente
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	Titular	Pedro Luiz de Aquino Nau	ausente
Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	Suplente	Uéliton Romeu dos Santos	ausente
SESCON/GF	Titular	Diego Garcia Cristofolini	ausente
SESCON/GF	Suplente	Valésio Gasperi	ausente
Biguaçu Transportes Coletivos	Titular	Rômulo Garcia Moreno Valle	ausente
Biguaçu Transportes Coletivos	Suplente	Jair João Cantalice	presente
Universidades	Titular		ausente
Universidades	Suplente		ausente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Titular	Herico Westphal	ausente
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Suplente	Luciana Haskel	ausente
Indígena	Titular		ausente
Indígena	Suplente		ausente
Colônia de Pescadores	Titular	Jorge José da Cunha	ausente
Colônia de Pescadores	Suplente	Graziela Terezinha Oliveira de Araujo	ausente
Associação de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI	Titular	Alfredo Silva Junior	presente
Associação de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI	Suplente	Saul de Mello Ferreira	ausente
Territorial - Área 1	Titular	Elson João da Silva	presente
Territorial - Área 1	Suplente	Priscila Lopes	presente
Territorial - Área 2	Titular	Camila Gonçalves da Silva	presente
Territorial - Área 2	Suplente	Amanda de Souza	ausente
Territorial - Área 3	Titular	André João Feltz	ausente
Territorial - Área 3	Suplente	Leonardo Germano da Conceição	presente
Territorial - Área 4	Titular	Thayná Kozarenko	presente
Territorial - Área 4	Suplente	André de Lara Nunes Souza	ausente

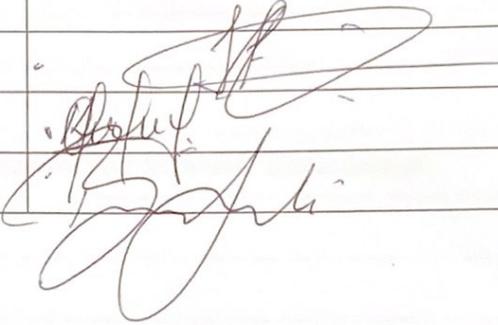


Territorial - Área 5	Titular	Antônio Olivio Virtuoso	ausente
Territorial - Área 5	Suplente	Israel Fernandes de Aquino	presente
Territorial - Área 6	Titular	Kleber Jacob Cachoeira	presente
Territorial - Área 6	Suplente	Bruno João Pauli	presente

	Entidade	Representante	Nome	Assinatura
1	Prefeito	Titular	Salmir da Silva	
2	Vice Prefeito	Suplente	Alexandre Souza	
3	Secretaria Municipal de Planejamento	Titular	Amanda Morlos	
	Secretaria Municipal de Planejamento	Suplente	Aline Grosbelli Bracht	
4	Procuradoria Geral do Município	Titular	Marcos Vinícios Gonçalves	
	Procuradoria Geral do Município	Suplente	Samantha Regina de Andrade	
5	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI	Titular	Sandro Marcos Coutinho	
	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI	Suplente	João Paulo Borba	
6	Secretaria Municipal da Receita (de administração)	Titular	Ederson Kremer de Souza <small>presente</small>	
	Secretaria Municipal da Receita (de administração)	Suplente	José Roberto Rodrigues	
7	SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas	Titular	André Augusto Leal	
	SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas	Suplente	Paulo Rogério Venâncio dos Santos	
8	Câmara de Vereadores de Biguaçu	Titular	Daniel César da Luz	
	Câmara de Vereadores de Biguaçu	Suplente	Isabella Nunes Muller	
9	Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG	Titular	Robson Rodrigo de Carvalho	
	Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG	Suplente	Sandra Molinaro	

10	Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC	Titular	Odemir Prazeres	
	Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC	Suplente	Izamiir Luiz Junkes	
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC	Titular	Glauco Staskoviak junior	
	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC	Suplente	Cláudio Jacó Bunn Júnior	
12	Rotary Clube de Biguaçu	Titular	John Kennedy Lara da Costa	
	Rotary Clube de Biguaçu	Suplente	Ivonele Catarina Vieira	
13	Associações de Bairros ou Associação de Moradores	Titular	João Francisco de Alcantara Silva	
	Associações de Bairros ou Associação de Moradores	Suplente	Luiz Carlos Damasco Junior	
14	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU	Titular	Jéssica Cunha do Amaral	
	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU	Suplente	Daniilo Alves Milhome	
15	SM de Assistência Social e Habitação	Titular	Wiler Aderço de Faria	
	SM de Assistência Social e Habitação	Suplente	Tiele Priscila Nunes Granfemberg	
16	Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	Titular	Pedro Luiz de Aquino Nau	
	Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	Suplente	Uéilton Romeu dos Santos	
17	SESCON/GF	Titular	Diego Garcia Cristofolini	
	SESCON/GF	Suplente	Valésio Gasperi	
18	Biguaçu Transportes Coletivos	Titular	Rômulo Garcia Moreno Valle	
	Biguaçu Transportes Coletivos	Suplente	Jair João Cantalice	

19	Universidades	Títular		
	Universidades	Suplente		
20	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Títular	Herico Westphal	
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Suplente	Luciana Haskel	
21	Indígena	Títular		
	Indígena	Suplente		
22	Colônia de Pescadores	Títular	Jorge José da Cunha	
	Colônia de Pescadores	Suplente	Graziela Terezinha Oliveira de Araujo	
23	As. de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI	Títular	Alfredo Silva Junior	
	As. de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI	Suplente	Saul de Mello Ferreira	
24	Territorial - Área 1	Títular	Elson João da Silva	
	Territorial - Área 1	Suplente	Priscila Lopes	
25	Territorial - Área 2	Títular	Camila Gonçalves da Silva	
	Territorial - Área 2	Suplente	Amanda de Souza	
26	Territorial - Área 3	Títular	André João Feltz	
	Territorial - Área 3	Suplente	Leonardo Germano da Conceição	
27	Territorial - Área 4	Títular	Thayná Kozarenko	
	Territorial - Área 4	Suplente	André de Lara Nunes Souza	

28	Territorial - Área 5	Titular	Antônio Olívio Virtuoso	
	Territorial - Área 5	Suplente	Israel Fernandes de Aquino	
29	Territorial - Área 6	Titular	Kleber Jacob Cachoeira	
	Territorial - Área 6	Suplente	Bruno João Pauli	